

Uma entrevista de Willem Doise com Xenia Chrysochoou (Março de 2009) e com Joaquim Pires Valentim (Setembro de 2009)

Joaquim Pires Valentim¹

A parte principal desta entrevista foi publicada em Maio de 2009 no *European Bulletin of Social Psychology*². Agradeço a Xenia Chrysochoou a sua imediata disponibilidade para a publicarmos agora aqui em português³, seguida do desenvolvimento de alguns pontos que foram retomados num prolongamento posterior dessa conversa que tive, em Coimbra, com Willem Doise.

Entrevista de Willem Doise com Xenia Chrysochoou

XC – Uma ideia que me interessou ao ler o seu livro foi a de que existe uma relação entre investigação e contexto social e histórico. Uma coisa que nós, psicólogos sociais, por vezes fazemos é pretender que a ideologia pare às portas dos nossos laboratórios, acreditar que podemos fazer investigação que não é ideologicamente marcada. No seu livro, escreve que uma teoria científica é necessariamente universal mas a sua condição de produção é situada no tempo e espaço. Esta é uma coisa muito difícil de se fazer. Como poderemos fazer isso, i.e., apresentar teorias universais tendo em consideração que são situadas no tempo e espaço?

WD – Bem, eu penso que não existe qualquer problema em dizer isso sobre as chamadas leis físicas. Todo este conhecimento universal tem sido descoberto em situações concretas. Não existe uma ciência universal que não esteja inserida numa situação em que, num certo local, as pessoas foram confrontadas com um argumento, um estado das coisas e foram mais além. Para as ciências sociais isto é um pouco mais complicado e existem casos extremos.

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (e-mail: jpvalentim@fpce.uc.pt).

² Conversation with Willem Doise (Treasurer 1975-1978 and President 1978-1981) by Xenia Chrysochoou. *European Bulletin of Social Psychology*, 2009, 21(1), 8-28.

³ Tradução de Ana Mateus Figueiredo.

Por exemplo, eu menciono este *European Bulletin* quando Dominic Abrams era editor, onde existe um artigo muito elucidativo escrito por Andreeva, "Successes and Failures of Russian Social Psychology". Ela mostra que para se libertar das restrições ideológicas na União Soviética, a psicologia social teve que se tornar parte da psicologia, porque a psicologia era considerada livre de impacte ideológico. Desta forma, a psicologia social, para se livrar de ideologias teve que se tornar psicologia. Depois, ela descreve algumas coisas que foram difíceis para a psicologia social soviética. Refere Vygotsky, entre outros. Ela fez uma lista de temas que foram desenvolvidos na chamada psicologia social soviética e acaba o artigo com uma sugestão muito interessante: poderíamos conduzir uma experiência em que se convidavam alguns colegas ocidentais para nomear 10 psicólogos sociais russos na área das atitudes, percepção, socialização, etno-psicologia e perguntar-lhes o que é que eles sabem sobre eles e perguntar a colegas da Rússia para nomear psicólogos sociais ocidentais ou americanos e o que é que eles sabem sobre estes. No Ocidente nós não sabemos muito sobre os nossos colegas russos, enquanto eles sabem muito mais sobre nós. O que significa isto? Será que isso significa que o que nós alcançamos cientificamente é universal e o que eles alcançaram não é? Isto é o que os alemães chamariam "Gedanken Experiment".

Em psicologia social é difícil dizer o que é realmente universal. Para termos uma boa teoria em psicologia social há sempre necessidade de fazer muitas assunções implícitas, como é o caso da teoria da dissonância cognitiva (possivelmente uma das teorias mais bem sucedidas em psicologia social), em que se assume a necessidade de uma forma de consonância. Mas já existia, há muito tempo, um psicólogo social polaco nos anos 60, eu penso que o seu nome era Malewski, que perguntava: se existe uma necessidade de coerência cognitiva, será que esta necessidade existe em pessoas deprimidas? Talvez essas pessoas não precisem de coerência cognitiva; elas pensam que não são capazes. Depois existe ainda o trabalho de pessoas como Beauvois, Joule e outros que mostra que quando nos sentimos livres para fazer algo, a dissonância funciona e aumenta as acções que são coerentes com acções prévias. Isso significa que até no estudo de um dos processos mais elementares temos que construir um conjunto de assunções que raramente se tornam explícitas. Por exemplo, e tanto quanto sei, muito poucas pessoas se interrogaram sobre as relações entre dissonância cognitiva e idade. Muita desta investigação foi feita com adultos.

Portanto, toda a ideia do que é universal e não é, para mim, é uma questão de estudar um contexto específico sem saber se este é necessário. Mas tomamo-lo como garantido. Usamos muito conhecimento implícito e específico. Donald Campbell, na Escola de Verão de Oxford de 1976, deu um seminário sobre a necessidade de ter sabedoria específica local de forma a formular as nossas hipóteses.

XC – Talvez o facto de muita da nossa investigação ser cognitiva produza esta assunção implícita de que a cognição deveria funcionar da mesma forma em todo o lado... E uma das coisas que eu realmente gostei quando li sobre representações sociais é a ideia de que as regulações sociais guiam as elaborações cognitivas.

WD – Sim, é o metassistema de regulações sociais que organiza as elaborações cognitivas... Isto torna-se muito claro, por exemplo, no discurso político. Os políticos precisam de chegar a uma conclusão a que lhes é permitido chegar, porque esta não pode ser contrária aos interesses do seu partido. Portanto, eles desenvolvem um discurso inteiro que leva a essa conclusão. Para mim, isto é um bom exemplo do metassistema. Eles irão construir uma elaboração cognitiva bastante sofisticada, mas que está orientada.

XC – Eu estava a pensar que este comentário também foi feito por Sampson num artigo chamado “Cognitive Psychology as Ideology” em que ele afirma que estamos a estudar como é que as pessoas tomam uma decisão entre duas opções, A e B, mas não olhamos para como é que estas opções existem inicialmente... A minha questão também se prende com o debate sobre especificidades culturais, que começou com Jahoda no seu artigo “J'accuse” e dado que ainda existem muitas pessoas que se definem como psicólogos culturais ou interculturais que, na verdade, estão a fazer psicologia social com maior ênfase nas diferenças culturais.

WD – Bem, eu nunca fiz psicologia cultural, mas nos anos 60 estive envolvido num projecto com Dean Peabody em que ele mostrou que existe uma diferença entre culturas no que respeita ao formal e ao informal. Existem culturas em que as pessoas têm que ser muito formais, sempre à procura da coisa certa e outras culturas em que se pode ser informal.

Primeiro, é de ressaltar que dentro de uma cultura também existem diferenças. Eu dou sempre um exemplo: quando Morton Deutsch fala sobre justiça distributiva apresenta uma tabela de 16 situações: formal/informal, existem regras/não existem regras (por exemplo, entre dois homens de negócios as regras são fixas ao passo que entre dois estudantes a preparar um trabalho as regras não são tão rígidas), existem assimetrias no estatuto (um chefe, alguém com poder e alguém sem poder), situações em que tem que se produzir algo e outras não (em algumas situações as pessoas estão alegres por estarem juntas apenas para se entreterem, enquanto que noutras situações têm que trabalhar juntas)... De qualquer forma, existem quatro dimensões: a) estatuto; b) formalismo; c) produzir ou não; d) competição/cooperação. Assim, na nossa cultura poderíamos ter uma tabela com 16 situações em que as regras implícitas seriam totalmente diferentes: uma mãe com o seu bebé, um guarda prisional com o prisioneiro... Seria um grande erro se na nossa cultura usássemos as mesmas regras de uma situação para outra. Por exemplo, quando dois estudantes estão a trabalhar juntos, um deles não irá permitir que o

outro lhe dê ordens... Neste sentido, a minha percepção das diferenças culturais é que em culturas diferentes algumas situações são consideradas mais prototípicas, são mais elaboradas e são consideradas mais importantes.

324

Em termos de teorias de justiça temos que considerar as necessidades de outras pessoas, o mérito de outras pessoas e uma norma de igualdade: as pessoas têm que ser tratadas de forma semelhante. É muito complicado avaliar o peso específico de cada uma destas normas numa dada situação. Num contexto desportivo a norma meritocrática é a melhor, mas quando confrontados com pessoas com deficiências temos que reconsiderar a norma a usar. Tenho lido sobre uma escola em que as crianças autistas que fazem exames são ajudadas e outros alunos não são, para que se concentrem e mantenham a atenção delas em aspectos relevantes do problema que estão a resolver. Claro que se poderia dizer que alguns alunos são ajudados e outros não, existe um compromisso de ter em consideração as diferenças nas necessidades e promover a igualdade. Este é o tipo de ideias em psicologia transcultural que desenvolvi com Dario Spini no capítulo de um livro editado por Serge Moscovici e Fabrice Buschini sobre metodologia em ciências sociais.

XC – Por exemplo, na sua investigação sobre Direitos Humanos encontrou muita universalidade, muitas coisas em comum, em vez de especificidades culturais...

WD – Sim, sim e na primeira vaga de resultados verifiquei que as pessoas compreendem direitos básicos porque têm em consideração os elementos de situações específicas. Por definição, todos os participantes na primeira vaga de investigação estavam em contacto com informação sobre outras culturas, dado que todos eram estudantes. No entanto, na amostra, também tínhamos outras pessoas, como autóctones do Canadá, trabalhadores e por aí fora e todos eles deram o mesmo tipo de respostas. Eu penso que no mundo actual, excepto em algumas situações específicas, algumas tribos por exemplo, todas as pessoas já tiveram contacto com aspectos bastante divulgados de um tipo de cultura universal; a maioria das pessoas que conhecemos até em países como a Indonésia ou as Filipinas, que têm tribos, aprenderam a lidar com isso, aprenderam que existem algumas regras que devem ser respeitadas de ambos os lados.

Eu penso que este é outro aspecto da psicologia intercultural actual, as pessoas estão conscientes de que existem regras a ser respeitadas de ambos os lados. Por exemplo, existe um famoso estudo que cito no meu livro sobre Direitos Humanos sobre pessoas na região dos grandes lagos em África. Eles foram expulsos da sua região porque agora existe um parque natural nessa zona. Eles chamavam-se Ik. Um antropólogo disse que eles tinham perdido todas as regras, que gozavam com as pessoas que sofrem, que tiravam a comida da boca de pessoas idosas. Quando os seus descendentes souberam o que o antropólogo disse, eles perguntaram se o poderiam processar por isso. Eles sabem que têm alguns direitos...

Para mim, os Direitos Humanos eram um empreendimento ocidental no início, outros dizem que não era ocidental, que estava ligado com as trocas internacionais, enfim... Quando entramos em relações com outras pessoas temos que assumir que existem regras. Não se pode andar muito tempo neste mundo a dizer “Eu faço as regras”. Talvez isto tenha acontecido quando a África do Sul foi invadida e pensaram que os indígenas não tinham nada a dizer, que eram selvagens. Mas isto mudou. Não penso que esta mudança seja efeito dos Direitos Humanos, penso sim que os Direitos Humanos são um efeito destas relações mudadas.

XC – E as pessoas são responsáveis...

WD – Sim, responsáveis, essa é a diferença.

XC – Os Direitos Humanos são para si uma representação hegemónica? O que eu quero dizer é que se as representações nos estão a ajudar a comunicar, a tornar o não familiar em algo familiar, diria que produzimos uma representação que nos ajuda a organizar as nossas relações?

WD – Sim, ajuda-nos a organizar as relações mas se é uma representação hegemónica, tal como Moscovici fala de representações hegemónicas e polémicas, eu penso que também pode ser uma representação polémica. A partir do momento que lidamos com direitos, existem outros direitos que emergem... Eu penso que todas as pessoas têm o direito de serem respeitadas, mas também existe a liberdade dos outros, toda a questão do respeito religioso é agora muito importante. Eu penso que é hegemónica no sentido em que toda a gente sabe que existem regras, mas nunca existe um consenso completo sobre a forma de as aplicar. E quando falamos dos conceitos de necessidades, igualdade e mérito, algumas pessoas diriam que, de forma às nossas concepções destes valores serem respeitadas, não deveríamos permitir a outras pessoas fazer parte do jogo... Então, para que a justiça se mantenha no nosso próprio país, existiria frequentemente exclusão de imigrantes. Os Direitos Humanos são algo que está em jogo. Podemos discutir sobre a sua relevância sem que se tornem numa visão consensual sobreposta.

XC – O que está a dizer sobre justiça e exclusão lembra-me algo muito interessante que li escrito por si. Diz que nós divulgamos uma espécie de fatalismo sobre a espécie humana, assumindo que irá sempre existir preconceito, discriminação e conflito nas relações intergrupais. Assim, nós estudamos a violação de uma ordem que temos em mente... e é muito difícil estudar, por exemplo, a representação de paz porque as pessoas entendem a paz através da sua violação. Isto veio-me à cabeça como um problema epistemológico porque na nossa investigação estamos à procura de diferenças e se, por exemplo, não as encontramos é muito difícil publicar o nosso trabalho. Na sua perspectiva, isto é algo inerente ao nosso método científico ou é uma representação que temos acerca da sociedade?

WD – Eu penso que, provavelmente, existe um enviesamento cognitivo na nossa investigação, no sentido em que procuramos o que cria os problemas e não o que é problemático. Neste sentido existe algo epistemológico. Não pensei muito sobre isso, mas é epistemológico a diferentes níveis. Duma certa forma, e como Deschamps escreveu algures, depois da Segunda Guerra Mundial estávamos muito intrigados sobre a desumanidade do comportamento humano e muita investigação foi realizada a este respeito. No último livro de Zimbardo, sobre o efeito Lucifer, em que fala sobre a sua experiência com prisioneiros e a situação de Abu Ghraib, na introdução ele escreve que não devíamos esquecer que estas são situações extremas e que existem muitas situações em que as pessoas se comportam de forma respeitável e até heróica. No seu livro, Zimbardo descreve algo que é uma excepção. Ele diz que na prisão existiam duas cadeias de comando: a autoridade do exército e a autoridade da CIA. A CIA tornou-se mais poderosa e isso resultou naquela situação desumana e horrível. Ele também diz que devia existir um processo contra a administração Bush. Portanto, existe um estado de facto, mas este estado factual não é uma necessidade.

Existem outros países onde estas coisas não poderiam acontecer ou onde seria muito mais difícil que acontecessem. Claro que não ouvimos muito sobre estes países nos meios de comunicação. Ouvimos, por exemplo, que nalguns países os funcionários do Estado olham pelos seus próprios interesses e todos compreendem que eles se ajudam a si mesmos, ao passo que noutros países isto é uma transgressão que não é aceitável de modo nenhum. Então, como podemos nós definir um conceito a explicar que isto é parte do dia-a-dia de umas pessoas mas constitui uma excepção para outros? Precisamos de estudar diferenças interculturais... No entanto, as duas são verdade. Eu diria que precisamos de não tomar por garantido que aquilo que os psicólogos sociais consideram uma necessidade venha a ser uma necessidade para amanhã. Aquilo que podemos agora achar inevitável pode prevenir-nos de pensar sobre outras possibilidades. Portanto não nos deveríamos aprisionar nesta forma dominante de olhar, pensar e escrever em psicologia social.

XC – Ainda assim, como podemos nós criar alguma distância necessária?

WD – Talvez seja possível em situações formais... Mas na investigação, quando reagimos a investigação realizada, temos que admitir até determinado ponto que existem pessoas com as quais não concordamos. É por esta razão que, por vezes, hesito em responder a investigação que eu considero enviesada, porque quando se entra no jogo e se faz uma experiência, como que tomamos essa investigação como sendo válida. É muito difícil se uma pessoa não está verdadeiramente dedicada a passar grande parte da sua vida de investigador a falsificar algumas das teorias dominantes, a lidar com elas. Se lidarmos com elas de forma rápida, irão reforçar-se as assunções implícitas. É um assunto muito difícil.

XC – Por falar em assunções implícitas, no seu livro cita Tajfel e Israel e diz que devíamos ser explícitos sobre a natureza do ser humano, a natureza da sociedade e a relação entre os indivíduos e a sociedade que a investigação implica. Também fiquei impressionada com o livro de Solomon Asch “Psicologia Social” em que o primeiro capítulo é sobre as “Doutrinas do Homem” e onde ele critica assunções teóricas prévias para introduzir a abordagem cognitiva. O que eu acho interessante é que Asch escreveu isto em 1952, Tajfel e Israel escreveram o mesmo em 1972 e agora, em 2009, você está a levantar novamente este assunto. Parece-me que nada mudou...

WD – Sim... Bem, eu penso que algo mudou de uma forma estranha: algo também mudou porque regularmente as pessoas deixam a área. É um facto que a psicologia social, como é praticada, não é necessariamente um assunto consensual. Sempre existiram pessoas consideradas problemáticas. Não me lembro de todos os nomes, mas já em Bristol existiam pessoas que arranjavam problemas e não concordavam com Tajfel... É sempre muito difícil afirmar o porquê, serão razões pessoais? Sabe que os processos de psicologização estão muitas vezes envolvidos... “eles não concordam porque não são muito bem sucedidos” e todas estas coisas.

Regularmente existe um tipo de crise em psicologia social e talvez exista uma forma de lidar com esta crise. Outra forma de pensar relaciona-se com algo de que me tornei consciente quando comecei a estudar os Direitos Humanos. Estes estudos começaram quando estive em Kolombari com a Fundação Marangopoulos para uma conferência sobre o tema “Ciências Sociais e Direitos Humanos”. Estava lá um criminologista, Szabo, que eu conhecia e me convidou a participar como psicólogo social. Na verdade, eu hesitei em ir porque disse que, como psicólogo social, não tinha nada a dizer sobre Direitos Humanos. Mas depois pensei sobre Kohlberg e Piaget e desenvolvimento moral. Eles consideravam a ideia de direitos básicos partilhados por algumas pessoas que vão além das necessidades do sistema social para funcionar. Então disse-lhe que tinha uma boa razão para ir a Creta porque podia trazer algo para o debate. E isto foi um verdadeiro desafio para mim. Eu disse: podemos continuar como se isto não existisse?

Penso que foi em 1986 e mudou as minhas prioridades. Isto também se relaciona com a Associação. Quando eu fui Presidente do Comité Executivo da Associação Europeia, um dos problemas da Associação era lidar com pessoas dos chamados países do Leste e os Direitos Humanos eram um assunto difícil. Ainda assim, o meu primeiro contacto com Direitos Humanos foi em 1968 em Nanterre, onde se pensava que os Direitos Humanos eram “uma pomada para lixar o proletariado”. Mais tarde, em 1975, criou-se o Pacto de Helsínquia para a Segurança e Cooperação na Europa, toda a ideia da Guerra Fria em que se afirmava “vamos viver juntos e o mais forte irá vencer, mas não deixemos exceder alguns níveis de intensificação do conflito”. Neste contexto, os Direitos Humanos tornaram-se mais

e mais importantes. Depois disso, surgiu a Carta de Praga em nome dos Direitos Humanos. Assim, os Direitos Humanos tornaram-se um problema. Não os podíamos ignorar como profissionais se tínhamos que lidar com colegas de países do Leste e tínhamos alguma responsabilidade. No entanto, em psicologia social não levámos isso a sério. Daí a minha decisão naquela altura: vamos tomá-los a sério.

A forma de começar foi perguntar, dentro da tradição das representações sociais, se os Direitos Humanos significavam algo para as pessoas, e verificar empiricamente, com as nossas ferramentas, se eram significativos. Repetidamente, sempre usando diferentes métodos, encontrei significado. Este foi o primeiro passo. Mesmo que eu não soubesse como o fazer, eu estava convencido que tinha que o fazer. Ao trabalhar com algumas pessoas da área do Direito, em Paris, apresentámos sínteses de algumas das decisões tomadas pelo Tribunal Europeu a pessoas em França e na Suíça, e descobrimos que elas pensam, até certo ponto, como peritos, como membros do Tribunal.

XC – Talvez exista um problema na disciplina, no sentido em que lidamos tanto com o senso comum que, por vezes, quando falamos sobre as nossas teorias, damos a impressão que é senso comum. Com os estudantes este é um problema muito comum. Eles podem compreender, mas quando têm que aplicar o conhecimento eles ainda aplicam as suas teorias do senso comum nos assuntos e não o conhecimento que adquiriram de forma científica.

WD – Sim, é isso a que os americanos chamam “a psicologia social da avó”. De certa forma isto é verdade, mas também descobrimos que nem tudo é evidente, que existem alguns resultados contraditórios e existem psicólogos sociais que fizeram uma lista dos resultados que não são simplesmente senso comum. Mas para mim este não é um problema muito importante, porque compreender o senso comum já não é uma coisa muito fácil, e o que é senso comum para uns não o é para outros... Quando se pergunta na experiência de Milgram quantas pessoas irão até ao fim da experiência, até os psiquiatras dirão algo como menos de 20%. Quando não estamos na situação, não sabemos como as pessoas irão reagir. Mas quando nos comportamos numa situação, fazemos o mesmo que as outras pessoas e isto poderá ir contra as nossas concepções prévias. Para mim é um assunto pedagógico e não teórico.

XC – Voltemos à ideia da natureza do ser humano que estamos a produzir sem reflectirmos nela. Você propôs 4 níveis de explicação em psicologia social. Pensa que estamos a reduzir as nossas explicações dando prioridade a um nível sobre outro?

WD – Bem, se considerarmos o assunto como um todo, diria que sim. Privilegiamos o primeiro (intra-individual) e o segundo (interindividual) níveis e existem algumas pessoas que diriam que o resto não é psicologia social. Contudo, assim que

introduzimos diferenças de estatuto podem ver-se, por exemplo, os processos de categorização a funcionar de outra forma: salientamos a singularidade de pessoas dominantes e salientamos o que é comum a pessoas não dominantes. Ao introduzir estas diferenças já não podemos prever como os processos mais “simples” irão funcionar. Um outro exemplo pode ver-se quando consideramos a teoria da autocategorização (e estou a falar da teoria de Turner, porque já no seu livro outras pessoas, como Reicher, pareciam ter outras ideias). Turner escreve que existe um antagonismo entre a definição de *self* a um nível de categorização e a definição do *self* a outro nível de categorização, no sentido em que quando pensamos sobre nós em termos de uma região em comparação com outra região, não nos definimos necessariamente em termos de uma categoria supra-ordenada. Eu penso que ele tem razão no nível de tratamento da informação e podemos medi-la em milissegundos; eu não penso necessariamente em belgas quando penso sobre flamengos e valões. Mas penso que o essencial no tecido da vida social é fazer ligações.

E em política as pessoas podem argumentar que para resolver problemas a um nível temos que resolver problemas a outro nível. Isto foi o que Tapia, por exemplo, mostrou na sua investigação com europeus do Sul. Eles afirmam que “de forma a resolver os nossos problemas enquanto gregos, italianos, a Europa pode ser uma entidade supra-ordenada que nos pode ajudar”. As pessoas do Norte irão pensar de forma diferente “nós como holandeses, sabemos como ser democráticos e misturarmo-nos com pessoas do Sul tornará as coisas mais difíceis”. Mas isto não tem nada a ver com a definição que Turner dá de diferentes níveis de categorização.

XC – Eu penso que ele se referia mais a uma ideia de flexibilidade das identidades, que as identidades não são...

WD – Claro, sim. Mas eu diria que até a identidade... o que é uma identidade? A minha identidade muda quando eu falo consigo e a minha identidade muda quando falo com a minha mulher e quando falo com outro psicólogo social... Então o que significa isto? Com todo o respeito a Turner e a Tajfel, em alguns aspectos, eu penso que esta ideia está muito reificada. Concordo com a ideia básica de que não é apenas uma abordagem *bottom up*, olhamos para as pessoas, vemos semelhanças e diferenças e depois construímos a ideia de uma categoria comum... não, temos ideias de categorias comuns antes e depois projectamos... É uma situação muito complexa. Mas isto não é apenas uma forma de categorizar a diferentes níveis. É também possuir uma ideia implícita sobre a relação entre esses níveis e isto não está desenvolvido no capítulo introdutório do livro de Turner e dos seus colegas sobre autocategorização.

XC – Isto dá-me a oportunidade de fazer outra pergunta. Mencionou no seu livro a relação entre identidade e representações sociais, estes grandes movimentos teóricos na Europa que parecem desenvolver-se em paralelo sem nunca se encontrarem.

Há muito tempo que os europeus trabalham nestes campos e eu pergunto-me se a distinção entre estas duas abordagens é arbitrária ou se existem pontes que poderíamos encontrar entre elas.

WD – Eu tenho trabalhado nisso com Elcheroth e Reicher. Foi ao simpósio na conferência de Psicologia Política em Paris? Eu não pude estar presente...

XC – *Sim, e muita gente apareceu e queria discutir isso...*

WD – Tanto Elcheroth como Reicher gostariam de construir novas ligações entre estas duas abordagens. Claro que poderíamos dar explicações pessoais sobre os líderes destas duas abordagens, Moscovici dum lado e Tajfel do outro, que o seu interesse não era ressaltar as comunalidades e eu penso que agora a teoria da identidade social é mais conhecida entre as pessoas da Associação [Europeia de Psicologia Social] que a das representações sociais.

No meu ponto de vista, eu diria que não se pode trabalhar em categorização social sem referir o conteúdo, a origem dos critérios, e a teoria da identidade social não se refere às origens da categorização, aos critérios com que as pessoas se categorizam. Claro que existe a teoria dos meta-contrastes, mas existem muitos tipos de meta-contraste. Se introduzirmos um meta-contraste em várias dimensões pré-existentes que estão a tornar-se salientes, vamos ter vários efeitos. Como Tajfel mostrou, podemos simplesmente introduzir uma categorização, Klee-Kandinsky, e ela existirá. Mas quando passamos para o mundo real (eu não quero fazer um contraste entre as experiências e a vida real), para perceber o que faz as pessoas categorizarem-se em algumas condições duma forma, precisamos de algo que complemente a teoria da categorização social em duas direcções.

Uma direcção será a estrutura da interdependência, e este é outro problema da categorização social. Podemos ver o trabalho de Rabbie, que foi considerado, de certa forma, como não sendo relevante. Existe um livro editado por Peter Robinson, penso que 10 anos depois de Henri Tajfel falecer, em que existe um ataque muito forte de Turner e Bourhis a Rabbie em que literalmente dizem que ele nunca percebeu a teoria da identidade social... Será que eles perceberam o significado de interdependência? A interdependência estrutura sempre as relações sociais. Portanto esta será uma forma de juntar as duas abordagens. Como eu disse antes, nunca enumeramos de uma forma exaustiva todas as condições que são necessárias para um processo socio-psicológico funcionar.

A outra forma seria pela teoria das representações sociais: quais são as dimensões significativas (eu diria os princípios organizadores no meu jargão) para as pessoas em determinadas situações e como é que elas definem o campo social e os antagonismos no campo social. O livro recente de Staerke e colegas é um livro

muito bom sobre a representação da ordem social como parte do campo social. Quando escrevi sobre a ancoragem das representações sociais também me referi à forma como as pessoas ancoram as suas representações nos antagonismos que consideram importantes no campo social. Precisamos – penso eu -, de uma forma mais elaborada de estudar as representações sociais, combinando o estudo das divisões e antagonismos significativos, não necessariamente no sentido de conflito mas sim como contrastes.

Eu penso sempre que existe uma forma de pensamento mais integrativa ao assumir que Tajfel tem razão e Moscovici também tem razão, mas a questão é como juntar as duas teorias e acrescentar também que Rabbie tem razão. Isto lembra-me o famoso exemplo de Isaiah Berlin que em 1953 escreveu um pequeno livro sobre a raposa e os ouriços. Moscovici desenvolve esta ideia no seu livro *La Machine à Faire des Dieux*: somos raposas quando tentamos olhar para as várias coisas que queremos explicar, mas tornamo-nos ouriços quando temos uma teoria. Porque é que isto acontece? Eu penso que esta é a verdadeira questão e não é uma questão com que possamos lidar facilmente. Acredito que é necessário, quando temos uma teoria, levá-la a sério e ir o mais longe possível com ela... mas claro que existirá um enviesamento confirmatório... não podemos escapar a ele. Já vi muitas vezes pessoas terem sentimentos fortes em relação à sua teoria e a considerá-la mais relevante que outras teorias. Eu penso que se nos sentirmos como ouriços, criamos um mundo em que não viveríamos, um mundo em que não poderíamos viver. Esta é uma das discussões mais antigas de que me lembro.

Numa Escola de Verão em Louvain estavam muitas pessoas que eram membros da organização, Zimbardo, Jones, Gerard, e outras pessoas, e eles vieram todos a Paris porque Moscovici (penso que ele era presidente da Associação nessa altura) tinha dinheiro e a Escola de Verão era parcialmente financiada com dinheiro da Fundação Ford em Paris. De qualquer forma, Moscovici convidou-os para dar seminários. Na altura foi o início da minha investigação em psicologia social, e por ocasião dessas reuniões em Paris, Claudine Herzlich, que acabou por deixar a área para trabalhar em sociologia e saúde, fez um comentário muito inteligente: ela disse que tínhamos que nos perguntar a nós mesmos em que mundo gostaríamos de viver, no mundo de Zimbardo, no mundo de Tajfel, no mundo de Gerard, ou no mundo de Milgram. Esse foi o tipo de discussão que tivemos. Pense num mundo em que gostaria de viver. Esse mundo não existe.

Claro que estas eram conversas informais; fomos almoçar juntos nos pequenos restaurantes de Paris. Mas isto também mostra que existe um empobrecimento se considerarmos apenas um esquema. Vamos tão longe quanto podemos, mas não se pode ir muito longe, apenas lidamos com parte da realidade e existem muitas coisas que não estamos a levar em consideração.

XC – Isto traz-me de volta à questão sobre a natureza humana e os diferentes níveis... Uma vez tive um comentário muito interessante de um aluno quando vim para a Suíça ensinar. Eu estava a explicar os níveis de análise e noutra aula estava a falar das diferentes ancoragens das representações sociais e ele veio ter comigo no final da aula e disse-me: “pensa que as diferentes ancoragens são uma forma de compreender como o senso comum está organizado e que os diferentes níveis de análise são a mesma forma de compreender como a representação científica está organizada?”. Eu pensei que era um comentário muito inteligente...

WD – Bem, sim! Certamente que os níveis de análise eram uma espécie de exercício para perceber como é que o pensamento científico está organizado num certo momento e cheguei a essa ideia de forma a definir o que iríamos fazer em comparação com Piaget.

Esta ideia foi formalizada em 1978 quando fui convidado a passar 2-3 meses na Nova Zelândia, acabava de ser nomeado para presidente da Associação Europeia. Lá tinha sempre que explicar o que era a Psicologia Social Europeia. Eu estava muito preocupado sobre a forma de explicar a diferença sem me tornar eurocêntrico, porque não acreditava que tínhamos algo tão diferente para oferecer. Então fui lá dizer que existem diferentes níveis e que alguns dão mais atenção a um nível que a outro.

XC – Então o que pensa que fazemos enquanto psicólogos sociais europeus, que nível...

WD – Esta é uma questão muito boa, mas tenho a minha questão para si: o que são os psicólogos sociais europeus?

XC – Bem, é isso que estamos a tentar descobrir... Porque mudámos o nome da nossa Associação, os membros votaram contra manter a palavra “experimental” no nome da Associação, mas mantivemos o “Europeia”! Nós somos a Associação Europeia de Psicologia Social.

WD – Sim! Eu penso que temos que nos manter a Associação Europeia e o papel da Associação Europeia é agora, dizem eles, promover a excelência em psicologia social. Para mim, o objectivo é fazer desenvolver a psicologia social em tantas universidades (não só países) quanto possível. Para mim é essa a esfera de acção. Eu penso que a psicologia social é um empreendimento científico com significado, mesmo que não exista uma definição consensual, e é bom que exista uma associação de forma a continuar a psicologia social e a fazê-la desenvolver.

Quando me tornei presidente da Associação havia uma espécie de divisão de trabalho: Moscovici queria ir para Espanha e mesmo no seu recente livro com Markova ele escreveu que não foi para Portugal porque não existia lá nada! Tajfel disse que iria para Portugal. Portanto, Moscovici foi para Espanha e organizou uma

reunião em Barcelona com Gabriel Mugny e muitos outros colegas, eu incluído, e também fui a Lisboa com Tajfel. Não irei falar sobre Espanha porque não estive muito envolvido, mas em Portugal existia muita gente jovem, mas também alguns mais velhos como Jesuíno, etc.

Em 1976 fui pela primeira vez com Henri Tajfel a Bolonha, uma vez que falava italiano. Tornou-se quase o meu primeiro emprego. A minha primeira nomeação foi como Professor na Universidade de Genebra. Sempre disse às pessoas em Genebra que quanto mais fizéssemos para desenvolver a psicologia social noutras universidades, mais ajudaríamos a nossa própria universidade. Portanto, fomos muitas vezes com o Gabriel Mugny e fizemos muitas experiências em Bolonha e depois regresssei muitas vezes a Portugal. Também tinha muitos contactos nos Países Baixos, sobretudo em Tillburg.

Nessa altura andava mesmo a pensar sobre o que poderíamos fazer como psicólogos sociais. Na verdade, também fui à Roménia 3 ou 4 vezes depois da queda do Muro de Berlim. É isto que eu considero importante fazer. Como é que poderemos desenvolver a psicologia social com pessoas que pensam que muitos dos problemas da sociedade podem ser estudados pela psicologia social... Porque é que estou a falar de tudo isso? É sobre estes níveis de análise. Portanto, se me perguntar quais são os níveis de análise da Psicologia Social Europeia eu diria para não olhar para nenhuma revista europeia, mas sim para a forma como as pessoas trabalham em diferentes laboratórios. É um bocado diferente. Por exemplo, em Bolonha, existe uma forte escola (também em Torino, existe um livro que acabou de sair de Piero Amerio, que penso que não é membro da Associação Europeia) sobre psicologia comunitária.

O que é a psicologia comunitária, o que significa a psicologia comunitária para as pessoas da Associação Europeia? Eu diria que, até certo ponto, não existe na revista [*European Journal of Social Psychology*]. Vêm-se muitas pessoas, como por exemplo Bruna Zani em Bolonha, que estuda, num bairro de Bolonha em que existia um hospital psiquiátrico, as relações entre os residentes do bairro e os pacientes psiquiátricos, numa altura em que na Itália se debatia a desinstitucionalização da doença mental, e eles tinham que lidar com isso.

É por estas razões que Palmonari e os seus colegas escreveram um livro intitulado *The Psychologists*. Eu penso que este é um dos melhores trabalhos em representações sociais. Mas o que significou para a Associação Europeia? Palmonari tornou-se um membro do Comité. Apenas quando as pessoas começam a traduzir alguns destes problemas em assuntos como estereotipização é que se começa a tornar um assunto para a Associação Europeia. Mas lidar com os problemas da comunidade em Bolonha não era um problema da Associação, embora os tenha preparado para se tornarem membros bastante activos da Associação Europeia.

Portanto, eu hesito sempre em fazer uma afirmação destas mas, depois, se me pergunta qual é a política da Associação Europeia, é uma coisa diferente. Assim, a resposta deveria ser, embora eu não tenha analisado as últimas publicações porque isso também muda, a de que a política que existe é um tipo de abordagem prototípica da psicologia social que é muito “reducionista” dos problemas.

Existe uma espécie de competição entre um grupo muito poderoso e isto dá lugar a um fórum no *European Journal* que é, possivelmente, dominado por algumas perspectivas. Mas claro que existem exceções. Estou muito seguro de que alguém que não faz um tipo de estudo quantitativo muito rigoroso na área da psicologia comunitária não poderá publicar na revista. Mas eu penso que é arbitrário dizer que a psicologia social é apenas este tipo de variáveis quantitativas e manipuláveis – não necessariamente manipulação experimental mas variáveis operacionalizáveis -, com hipóteses que podem ser operacionalizadas quantitativamente. Esta é uma questão muito diferente da questão de porque é que em Itália, num determinado momento, as pessoas consideraram um compromisso político ter centros comunitários com equipas fortes em psicologia e ter todas essas equipas ligadas ao desenvolvimento de psicólogos clínicos. Como poderemos explicar isso? É uma questão da psicologia social ou não? Palmonari e os seus colegas escreveram um livro sobre isso, nós fizemos um questionário a mostrar que existe uma perspectiva de activista social sobre o que é a psicologia, existe uma perspectiva de profissional, existe uma perspectiva clínica e existe uma espécie de perspectiva pluridisciplinar. E mostrámos também que estas são formas de olhar para a psicologia que têm sentido até para estudantes em Génova, em Paris e que não é só um problema italiano. Nós ficámos muito contentes em ter a teoria das representações sociais para poder fazer isso. Existe algum artigo no *European Journal [of Social Psychology]* com este modelo de 4 tipologias? Eu não me lembro. Mas não foi a nossa primeira preocupação ter um artigo publicado. Este é o tipo de coisa... É melhor ficarmos mais algum tempo com um exemplo.

Agora, Palmonari e outros psicólogos sociais em Itália criaram (está agora na sua quarta edição) um jornal, *Psicologia Sociale*, para publicar artigos de psicologia social em italiano. Poderíamos perguntar qual o significado disto. Existe algo como, para voltar atrás na nossa discussão, uma ciência universal? Porque não ficarmos-nos pelo *European Journal*? Eu penso que eles têm a necessidade de manter também uma rede de comunicação entre eles, que não tem necessariamente que passar pela Associação Europeia. Então eu penso que valeria a pena, por razões científicas, procurar qual é a diferença entre os artigos do *European Journal* e o que Palmonari e outros colegas consideraram necessário para fazer desenvolver a psicologia social em Itália. Eu estaria muito mais interessado agora em fazer um estudo desses do que em fazer outra experiência em psicologia social.

Para mim, como psicólogo social, é tão importante como compreender porque é que colegas bastante sofisticados da Escandinávia (eu trabalhei com Rommetveit na escola de Verão de Oxford, também já mencionei que Campbell estava na organização)... Agora vê alguém como Campbell ou Rommetveit na organização? Tivemos longas discussões, mesmo sobre assuntos mais arriscados. Discutimos estas coisas. E Rommetveit ainda é, penso eu, uma referência nos países escandinavos, mas já não é uma referência no resto da Europa, excepto para algumas pessoas, como, por exemplo, há alguns anos Rodolphe Gighlione que trabalhava em análise do discurso em Paris... É esta uma questão que a Associação Europeia deverá levar a sério ou não? Porque senão é simplesmente uma espécie de... como explicar... “vamos ver o que sobrevive” e o mais forte sobreviverá... Esta é, de certa forma, a atitude presente: quais são as pessoas com os maiores factores de impacto e como melhorar o factor de impacto de cada um...

Eu estive em concursos para professores por toda a Europa do Leste, de Helsínquia a Portugal e ao Chipre. Vimos agora que, em alguns países, os artigos publicados na língua materna do país nem são tomados em consideração para uma nomeação dentro do próprio país. Pensei sobre tudo isto há duas semanas atrás porque existiu uma grande discussão sobre a francofonia e as universidades, mas eu não estive nesse encontro. Para a próxima vez, se for a esse encontro, irei dizer que já sabemos muito sobre a igualdade de género e portanto falemos agora sobre a igualdade na língua...

Voltando à EASP [*European Association of Social Psychology*], eu penso que temos uma Associação Europeia muito forte que homogeneiza a área. Eu pergunto-me se não fomos demasiado longe numa espécie de centralização. Será que deveríamos ter uma espécie de federação de associações nacionais com uma reunião comum para explicar uns aos outros o que estamos a fazer?

Também existem associações nacionais, mas quando organizam encontros, por vezes, os líderes não estão presentes e só aparecem pessoas mais novas. As associações nacionais estão em declínio e pergunto-me se isso será uma coisa boa. Ao centralizar estamos a criar assimetria; as pessoas precisam de passar por um filtro (também um filtro relativo à língua) que dá vantagem aos países em que se fala inglês e a países com estudos pós-graduados em inglês. *Psicologia Sociale*, este novo jornal, parece-me ser uma reacção a esta tendência. Também preciso fazer um comentário pessoal. Tenho medo que a minha perspectiva seja influenciada por razões pessoais, talvez desilusão. Ao ficar mais velho tenho o direito de perguntar coisas que pareciam evidentes (veja o meu livro recente). Hoje em dia sinto-me livre para dizer coisas sem dever de reserva institucional. Encontro-me numa posição peculiar.

Eu olho para trás, para o livro *Groups and Individuals*, e sinto que tenho que me estudar a mim próprio. Eu quero voltar atrás e fazer perguntas como o que é que aconteceu ao marxismo na psicologia social. Hoje em dia estamos mais preocupados com o que é a psicologia social-padrão. Ao estudar o desenvolvimento ao longo da vida, Spini e os seus colegas analisaram como é que o tempo é percebido pelos psicólogos sociais. Eles descobriram que nos últimos 8 anos o JPSP [*Journal of Personality and Social Psychology*] desenvolveu uma preocupação com o tempo, ao passo que o EJSP [*European Journal of Social Psychology*] ainda estava atrasado nisso.

Temos uma forma de olhar para a realidade social e a inovação leva tempo. Uma associação não deve estar preocupada com o presente, mas deve explorar o que está na periferia, o que pode ser desenvolvido. Quando olhamos para as tendências dominantes não olhamos para a inovação. Qualquer instituição social deveria fazer isso. Se, por exemplo, um novo método de ensino é introduzido nas universidades, existem pessoas que certamente acharão isto difícil. Dar prevalência ao presente e não ao que poderia ser é um enviesamento conservador.

XC – Numa era que reclama por mais diálogo interdisciplinar, como é que a nossa disciplina pode conversar com outras disciplinas e qual é o seu contributo único?

WD – Existe uma longa tradição na multidisciplinaridade e também existem novos desenvolvimentos. O trabalho de Staerkle e colegas é interessante para a psicologia política, a economia e a sociologia. Aparentemente, o trabalho de Spini e colegas sobre a guerra na antiga Jugoslávia é interessante para os cientistas políticos. No entanto, de forma a existir diálogo precisamos de estar informados sobre o que fazem os cientistas políticos e os sociólogos e temos muito a aprender com eles.

Veja por exemplo a teoria das representações sociais. A minha definição de representações sociais veio de Bourdieu. Existem outras pessoas que fizeram este diálogo, como Jean Viaud, que infelizmente já faleceu. Mas claro que existem rivalidades por financiamento. Houve um encontro, que mais tarde foi publicado (Moscovici e Farr, 1984), em que Bourdieu também apareceu em algumas sessões. Existem outras áreas, como psicologia da saúde que não podem ser pensadas sem a psicologia social e a psicologia comunitária. Nós não deveríamos apenas manter o trabalho experimental sólido, mas deveríamos também fazer sínteses para podermos continuar em frente.

XC – Chegando ao final desta conversa, tendo em consideração a sua experiência passada e olhando para o futuro, o que sugeriria pôr em prática ao Comité Executivo e em geral aos membros da EASP?

WD – No início, a EAESP [*European Association of Experimental Social Psychology*] era muito mais pró-ativa; nós queríamos influenciar o que estava a acontecer tendo em consideração o que era feito ao nível local. A nossa mentalidade era que, de forma a sermos fortes em comparação com a psicologia social americana, tínhamos que desenvolver a psicologia social europeia. Agora, ao procurar a excelência estamos a desenvolver uma elite: o mais forte ganha. Não sou contra a competição. Estou a indagar se a Associação sabe o que acontece em cada país. A psicologia social contemporânea é compatível com a psicologia social como era praticada anteriormente?

Estou preocupado com o que aconteceu a todos aqueles que eram membros vindos dos países da Europa de Leste, alguns serviram o Comité mas, paradoxalmente, eu perdi o contacto com eles depois da queda do Muro de Berlim. Ainda existe algo que seja considerado valioso daquilo que era feito na Europa do Leste antes de 1989? Estes são assuntos delicados mas temos que ter responsabilidade moral. Talvez isto seja mais um interesse pessoal e não uma preocupação da EASP, embora devesse ser. Esta é a nossa herança.

Satigny, Março de 2009

Entrevista de Willem Doise com Joaquim Pires Valentim

JPV – Por diversas vezes tem-se mostrado favorável à adopção do termo de psicologia societal, o que não deixa de ter ligações com a defesa que Moscovici tem feito da psicologia social como uma espécie de antropologia das sociedades modernas...

WD – Pensemos nos trabalhos de Serge Moscovici como um exemplo de psicologia societal. Quando eu entrei na sua equipa, em 1967, ele estava envolvido, com Claude Faucheux, num programa de pesquisa sobre a influência minoritária. Tratava-se, por exemplo, de mostrar como num grupo de três ou quatro pessoas uma pessoa podia influenciar as outras três dando uma resposta desviante. De certo modo, era uma inversão do paradigma de Asch, que estudava como uma maioria de três pessoas podia influenciar uma minoria de uma pessoa, nomeadamente, dizendo que uma linha tinha o mesmo comprimento que uma linha-padrão, quando, claramente, não eram iguais.

Um dia Moscovici entrou na sala, que na realidade era um antigo atelier de artista, onde Claudine Herzlich, Paul Henry, Michel Plon, Elisabeth Lage e eu tínhamos o nosso gabinete e pediu a nossa atenção para a seguinte questão: as investigações de Asch sobre a influência maioritária eram realmente sobre a influência de uma maioria ou sobre a de uma minoria? E ele próprio deu a resposta: é óbvio que os

três «comparsas» de Asch, que, unanimemente, indicavam como igual em comprimento a uma linha-padrão uma outra linha que era nitidamente mais curta, davam uma resposta que era minoritária em relação à resposta que toda a gente daria.

Eis aqui um exemplo simples de uma análise em termos sociais de uma situação experimental. Analisando uma situação específica no seu contexto social, o que é maioritário considerando a situação *hic et nunc* é minoritário considerando a situação como fazendo parte de uma sociedade. Por definição, uma análise societal dedica-se ao estudo das significações, frequentemente múltiplas e variadas, que uma dada situação pode veicular quando se analisa no seu contexto societal.

Vejamos agora um exemplo de um estudo em psicologia social que podemos considerar como sendo relevante de uma antropologia da sociedade moderna. Trata-se do livro de Moscovici sobre a representação social da psicanálise. Esta prática é aí estudada no contexto das relações entre grupos dominantes (homens « normais ») e marginais (por exemplo, mulheres, crianças, artistas) numa sociedade, nas relações entre laicos e crentes, marxistas e não marxistas e também em função das ligações que diferentes jornais e revistas têm com a Igreja e os partidos políticos, nomeadamente o Partido Comunista. Tal como Lévi-Strauss tinha estudado as narrativas mitológicas nas sociedades primitivas e a sua circulação nas diferentes sociedades vizinhas, também Moscovici estudou, por assim dizer, as transformações das narrativas sobre a psicanálise quando elas circulavam entre grupos da sociedade francesa. Da mesma maneira que, mais tarde, Denise Jodelet estudou como a imagem da doença mental varia com a inserção de um centro de saúde mental num meio rural, quando as famílias acolhem em suas casas os doentes mentais, quando esta prática já se tinha tornado uma tradição ou quando ela se instalou recentemente⁴.

JPV – Há aí um convite a não esquecer a descrição? Ou, pelo menos, para não haver uma contração exclusiva na explicação?

WD – Já há algum tempo (Doise, 1986)⁵ eu denunciei o facto da psicologia social nos dar a conhecer muito pouco sobre a nossa vida em sociedade. Sob o pretexto de querer estudar processos de funcionamento socio-cognitivo gerais na nossa sociedade, ou até mesmo universais, nós aprendemos e, por consequência, ensinamos muito poucas coisas sobre a nossa sociedade. Ou então coisas muito parcelares ou fraccionadas. Era a isto que me referia na entrevista com Xenia

4 Para uma definição mais elaborada da psicologia societal, veja-se Doise, W. (2004). Vicissitudes of societal psychology. In J. T. Jost, M. R. Banaji & D. A. Prentice (Eds.), *Perspectivism in social psychology. The Yin and Yang of scientific progress* (pp. 175-186). Washington, DC: American Psychological Association.

5 Doise, W. (1986). Décrire et expliquer ou comment gérer pénurie et abondance? *Psychologie et Education*, 10, 3-19.

Chrysochoou, quando dei como exemplo contrário a esta tendência o caso da psicologia comunitária em Itália.

A que imagem da nossa vida em sociedade chegaria um curioso que daqui a um século não dispusesse de mais nada senão dos artigos que nós publicamos actualmente nas nossas revistas de psicologia social, sobretudo naquelas, mais prestigiadas, que publicam investigações experimentais ou investigações manipulando variáveis quantitativas com a ajuda de escalas? Mesmo se nós chegamos a ter escalas contendo questões interessantes, indicações importantes sobre o conteúdo das respostas podem desaparecer totalmente aquando da utilização de pontuações factoriais. Se os valores das escalas não são apresentados, tais *scores* não nos dizem se as respostas dos sujeitos se situam maioritariamente perto do pólo positivo ou do pólo negativo da escala. Muito diferentes são os estudos de Moscovici ou de Jodelet que já citei sobre as representações sociais da psicanálise ou da doença mental.

JPV – Tem-se vindo a referir a estudos no domínio das representações sociais como bons exemplos a reter de psicologia societal, mas não há uma espécie de implosão desse domínio de pesquisa ou, pelo menos, um certo eclipse da teoria das representações sociais?

WD – É possível. As teorias são, de certo modo, como organismos vivos que se desenvolvem mas que também perdem a sua vitalidade. É claro que seria necessário falar aqui de coisas importantes como as mudanças e esgotamentos de paradigmas no sentido de Kuhn. Mas eu penso que há coisas mais elementares a evocar.

Antes de mais, uma lição que nos foi dada muitas vezes por Moscovici. Quando ele trata, por exemplo, a dinâmica da propaganda nas representações sociais, uma dinâmica que implica grupos ocupando posições antagónicas na sociedade e entre sociedades, ele recorre às teorias sobre as relações entre grupos em psicologia social do seu tempo, por exemplo, a teoria de Sherif. Mais tarde, na famosa conferência sobre « The coming era of social representations » ele tratará da teoria da atribuição, da profecia de auto-realização e da impermeabilidade à informação para mostrar que estas teorias requerem análises em termos de representações sociais.

Os trabalhos mais teóricos sobre as representações sociais talvez se tenham desenvolvido demasiado em circuito fechado, sem procura de ligações com outros domínios de investigação em ciências sociais. A este respeito, permito-me recordar que a definição que eu propus das representações sociais é, de facto, retirada do sociólogo Bourdieu e considero que um dos melhores livros sobre as representações sociais é o seu livro sobre « a distinção », livro que quase não é citado pelos psicólogos sociais trabalhando nos domínios da representação social.

Por outro lado, mesmo no interior do domínio dos estudos das representações sociais várias escolas co-existem sem, com algumas excepções, comunicarem verdadeiramente umas com as outras. Experiências a partir do paradigma do “núcleo central”, estudos antropológicos e pesquisas por questionários são abordagens que têm os seus adeptos que muitas vezes quase não comunicam entre eles, não se posicionam uns em relação aos outros, mesmo em congressos que eles ou elas frequentam em conjunto. Para retomar a analogia do organismo vivo, se ele quer mesmo sobreviver não poderá fazê-lo a não ser graças à troca com outros organismos e não unicamente com os da mesma espécie.

JPV – Toca aí num outro problema que já abordou mais que uma vez, e ao qual Festinger se referiu também em “Retrospections on social psychology”(1980) e, de certo modo, depois, novamente, na introdução a “The human legacy”(1983). Refiro-me ao risco de uma multiplicação, fragmentarização e justaposição de paradigmas. Uma espécie de procura permanente de novidade, em vez procurar tirar partido do que já existe, sobretudo em detrimento de procurar uma integração no que já existe e uma centração nos problemas fundamentais.

WD – Durante anos o *European Journal of Social Psychology* tinha 4 números por ano que totalizavam entre 500 e 600 páginas anualmente. Para me manter ao corrente da evolução da disciplina, durante muitos anos, eu lia todos os artigos. Actualmente cada volume anual desta revista tem mais números, com mais páginas (cerca de 1300 por ano) e cada página contém mais caracteres. Por outro lado, o número de revistas, agora também electrónicas, multiplicou-se. Isto é um progresso? Eu penso que já ninguém lê todos os artigos do *European* nem mesmo o seu Editor principal, ou os dois editores actuais. Se eles tivessem que o fazer, seria caso para termos pena deles Não é que estes artigos não sejam interessantes e de uma qualidade garantida. É que trata-se verdadeiramente de uma justaposição, de um saco de saberes, todos doutos, mas justapostos, na maior parte das vezes, sem ligações uns com os outros. Sem dúvida, é impossível apresentar uma teoria unificada dos diferentes aspectos dos comportamentos sociais. Mas esta dificuldade não nos deve impedir de perspectivar as coisas em termos mais vastos, de proceder a integrações, onde é possível fazê-las. Esta preocupação já não parece interessar os investigadores ou equipas de investigação que, quando muito, se posicionam apenas em relação a outros que já lhes estão próximos. A abundância de informação mata a informação.

A isto é necessário acrescentar que existem verdadeiros filtros, nomeadamente de natureza linguística, de tal modo que é evidente que os não anglófonos conhecem as publicações dos anglófonos, mas o recíproco não é verdadeiro. As publicações emanando de autores de um «*croissant* de ouro» da psicologia social europeia (que vai da Inglaterra até à Alemanha do Norte, atravessando os Países Baixos e

a Bélgica) são supostamente conhecidas por todos, enquanto aquelas emanando da periferia não o são.

Vejam os exemplos. Um artigo recente de Lalljee e colaboradores no *European Journal* deste ano⁶ trata de uma questão importante e original no contexto da pesquisa contemporânea sobre as relações entre grupos. Mostra que a tendência, abundantemente demonstrada, para discriminar membros do exogrupo pode ser contrariada por uma « orientação » a que os indivíduos aderem e que os faz assumir que « todas as pessoas têm um valor intrínseco e merecem respeito simplesmente porque são seres humanos ». Ora bem, eu considero o seu estudo sobre esta atitude pessoal como muito importante, dado que se situa na contra-corrente de uma concepção dominante em psicologia social. Mas porque devemos de nos limitar a uma abordagem puramente individual desta orientação de « respeito incondicional pelas pessoas » (RpP), a medir apenas as suas variações interpessoais sem considerar as origens institucionais, nem as condições sociais onde ela se expressa? No entanto, na mesma revista, Guy Elcheroth publicou há três anos [2006] um artigo sobre as representações sociais do direito humanitário em países dilacerados pela guerra. Spini, Elcheroth e Fasel publicaram o ano passado [2008], na *Political Psychology*, outro artigo sobre as condições específicas da guerra que, mais tarde, conduzem ao respeito do direito humanitário.

Não se trata de estar a resumir aqui todos os resultados, por um lado sobre o respeito incondicional pelas pessoas e, por outro lado, sobre o respeito dos direitos institucionalmente definidos que devem ser respeitados relativamente aos combatentes e aos civis em tempos de guerra. A minha convicção é que o estatuto teórico da variável que Lalljee e colegas designam por respeito incondicional pelas pessoas (RpP) e as suas ligações com as tendências para a acção referidas pelos indivíduos em diferentes relações entre grupos, pode ser relacionada com as definições institucionais de direitos básicos de combatentes e civis a respeitar em situações de guerra. O ponto fulcral no raciocínio de Elcheroth e dos seus colegas é que as atitudes para com o cumprimento de direitos que foram definidos institucionalmente variam de acordo com situações específicas da guerra, que as experiências colectivas nessas situações de diferentes grupos de indivíduos como combatentes, apoiantes, não apoiantes, vítimas ou não vítimas moldam as suas atitudes e representações normativas acerca do respeito desses direitos em condições de guerra e que, especialmente a necessidade de evitar a anomia, é um importante factor na exigência de garantias institucionais para que esses direitos sejam cumpridos.

6 Lalljee, M., Tam, T., Hewstone, M., Laham, S., & Lee, J. (2009). Unconditional respect for persons and the prediction of intergroup action tendencies. *European Journal of Social Psychology*, 39, 666-683.

Lalljee e colaboradores mostram na sua terceira pesquisa que, especialmente entre os indivíduos expostos a uma grande ameaça por parte de um grupo rival, a orientação RpP induz tendências de acção mais favoráveis para com membros desse exogrupo. Na realidade, estes resultados acerca dos efeitos do factor RpP são da máxima importância no contexto geral da investigação contemporânea nas relações entre grupos. No entanto, poderiam ainda ganhar uma importância maior se fosse feita uma ligação com as investigações em curso sobre as atitudes para com os direitos humanitários. Os direitos humanitários, como os direitos humanos de um modo mais geral, e também o respeito incondicional pelas pessoas, podem resultar da necessidade de organizar a interdependência humana e a vida em conjunto no mesmo mundo, como eu já tinha sugerido no meu livro sobre os Direitos do Homem. É um facto histórico que os direitos humanitários têm sido institucionalizados no rescaldo de traumas colectivos, i.e., quando experiências extremas de clima de guerra total revelaram como as pessoas e as comunidades humanas são tão vulneráveis na ausência de um acordo comum sobre direitos inalienáveis e universais da pessoa humana.

Como psicólogos sociais, nós podemos estudar questões que são relevantes para os historiadores e especialistas do direito. Ao fim e ao cabo, vivemos no mesmo mundo. O artigo de Lalljee et al. trata um assunto que está claramente relacionado com concepções acerca da humanidade e das relações entre pessoas que estão na base das tradições dos direitos humanos e humanitários e que também já foram investigadas por outros psicólogos sociais. Diferentes equipas de psicólogos sociais também vivem no mesmo mundo. Contudo, quando se lêem os seus artigos, muitas vezes tem-se a impressão que eles não conhecem o trabalho uns dos outros e que até os editores e revisores de uma mesma revista não sabem o que foi publicado na sua própria revista. Ou – e isso seria um problema maior – investigadores, autores, revisores, editores de revistas talvez já não estejam interessados na integração de saberes fragmentados.

JPV – É com um tom pessimista que terminamos? Ou, dito de outro modo, se tivesse que dizer a um(a) jovem estudante que valia a pena envolver-se na pesquisa em psicologia social, o que lhe diria?

WD – Optimismo e pessimismo são atitudes que uma pessoa adopta quando é confrontada com um problema. A grande quantidade, a diversidade e até a justaposição, em si, não são um problema. Trata-se também de fontes de variedade, de inovação que estimulam a curiosidade e, enquanto tais, elas constituem uma espécie de riqueza. Mas uma competição exacerbada, uma procura de originalidade e de diferenciação a todo o custo podem também trazer uma indiferença e um desprezo em relação aos trabalhos dos outros. É, talvez, um pouco o que se passa actualmente. Mas, de uma certa maneira, isto foi sempre assim. Já no fim

dos anos setenta este problema me preocupava e procurei mostrar no meu livro sobre os níveis de análise que diferentes saberes e abordagens podiam-se integrar num quadro de conjunto. Portanto, nessa época eu estava otimista.

É verdade que era mais novo. Trinta anos, isso faz uma diferença! O conselho que daria a um(a) jovem é de enfrentar o chamado problema da variedade, da diferença, da grande quantidade de paradigmas. Para isso é indispensável não se encerrar no estudo de um só paradigma, numa só abordagem teórica. Mas, de modo nenhum, isto quer dizer que não se deva trabalhar seriamente uma dada problemática. Ao contrário. Mas é também sempre necessário lembrar-se de que há outras abordagens, ou até mesmo outras disciplinas científicas que se ocupam disso. Daí que o meu principal conselho aos jovens empenhados na investigação seria de fazerem de tempos a tempos uma pausa, de ganharem um pouco de distanciamento em relação aos seus próprios trabalhos e aos que se situam na mesma abordagem. A trabalharem para colocar as coisas em perspectiva. Para isso é necessário saber resistir a pressões, a regulações sociais por vezes fortes. Ao fim e ao cabo, é também uma qualidade dos jovens poderem opor-se a uma (des)ordem estabelecida. E a nós, que os precedemos, cabe-nos velar para que um tal trabalho de reflexão seja valorizado também institucionalmente. É talvez isso o mais difícil, um problema a enfrentar em conjunto.

Coimbra, Setembro de 2009